

FILMES COM ÁUDIODESCRIÇÃO: PERCEPÇÕES DE UMA PESQUISA
REALIZADA NA ESCOLA

OLEGARIO, Margareth de Oliveira
margaretholegario@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0542337001965580>

HOFFMANN, Adriana
profadrihoff@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9405356181134336>

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada numa Escola de ensino fundamental voltada para o público de cegos ou baixa-visão. A pesquisa foi parte do Mestrado em Educação na UNIRIO e teve como objetivo perceber a relação dos jovens cegos ou de baixa visão com os filmes. Para pensar como se relacionam com os filmes e perceber as possibilidades existentes de ampliação desse acesso a investigação procurou levantar alguns estudos e pesquisas concernentes ao acesso da pessoa com deficiência visual aos meios audiovisuais trazendo o debate por intermédio da audiodescrição, recurso de tecnologia assistiva. Na pesquisa foram realizadas várias sessões de filmes na escola e depois conversas com os jovens cegos para perceber como se relacionavam com o audiovisual e a relação que construíam nesses encontros com os filmes e a audiodescrição na escola. Percebeu-se a dificuldade do acesso trazida por eles, o reconhecimento da audiodescrição e as questões advindas dela sob o ponto de vista deles mais ou menos favoráveis. A pesquisa pensou sobre esse acesso e prática dos jovens a partir de conceitos como narrativa, juventude e cultura percebendo suas articulações. Nos estudos acerca do tema, viu-se que mesmo com um considerável acervo legal, perduram ainda várias dificuldades dos deficientes visuais terem acesso aos conteúdos audiovisuais nos diferentes ambientes sociais dos quais participam. A questão da dificuldade do acesso foi levantada por quase todos os participantes da pesquisa. No entanto, poucos conhecem ou tiveram experiência suficiente com filmes audiodescritos, o que ainda gera dificuldade para alguns pelo aspecto “técnico”. Esse é um dos desafios para uma escola inclusiva que procura receber a todos respeitando os contextos e experiências de cada um e sabendo que somos todos responsáveis pela democratização do saber. Se para o acesso ao saber escrito dos livros já há uma forma de entendimento no acesso aos conhecimentos por meio do audiovisual essas práticas e políticas de acesso ainda são bastante restritas a poucos. Entendemos que a ampliação do acesso ao conhecimento pelas produções audiovisuais é também parte da construção da cidadania, da cultura e da história de um país!

Palavras-chave: Audiodescrição; inclusão, jovens cegos ou de baixa-visão; filmes.

ABSTRACT

The present work presents a research carried out in a Primary School focused at the blind or low-vision public. The research was part of the Master's in Education at UNIRIO and aimed to perceive

the relationship of young blind or low vision with films. In order to think about how they relate to the films and realize the existing possibilities of expanding this access, the investigation sought to raise some studies and research concerning the access of the visually impaired to the audiovisual media, bringing the debate through audiodescription, an assistive technology resource. In the research, several film sessions were held at school and then talks with the blind young people to understand how they related to the audiovisual and the relationship that they built in these meetings with the films and audiodescription in the school. It was noticed the difficulty of the access brought by them, the recognition of audiodescription and the issues arising from them from the point of view of them more or less favorable. The research thought about this access and practice of young people from concepts such as narrative, youth and culture perceiving their joints. In the studies on the subject, it was also observed that even with a considerable body of law, there are still several difficulties of the visually impaired to have access to the audiovisual contents in the different social environments in which they participate. The question of the difficulty of access was raised by almost all the participants of the research. However, few know or have had enough experience with audiodescribed films, which still creates difficulty for some by the "technical" aspect. This is one of the challenges for an inclusive school that seeks to welcome everyone respecting the contexts and experiences of each and knowing that we are all responsible for the democratization of knowledge. If for the access to the written knowledge of the books there is already a way of understanding in the access to the knowledge through the audiovisual these practices and policies of access are still very restricted to few. We understand that expanding access to knowledge for audiovisual productions is also part of building a country's citizenship, culture and history!

Keywords: audiodescription; blind or low-vision youth; movies.

Introdução

O presente artigo traz a reflexão realizada a partir de uma pesquisa que trata do acesso da pessoa com deficiência visual aos meios audiovisuais por intermédio da audiodescrição na escola. Para tanto este texto almeja discutir conceitos inerentes à temática da acessibilidade ao audiovisual para pessoas com deficiência visual entendendo-a como parte da cidadania do jovem cego ou de baixa visão. Essa pesquisa apontou também a necessidade de mais espaços e práticas para inclusão desses sujeitos tanto na escola quanto nas diversas instituições das quais participam na sociedade.

Segundo Motta (2008, p. 1), a audiodescrição é um recurso “[...] de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, ouvindo o que pode ser visto”. Costa (2012) salienta a audiodescrição (AD) como a transformação de imagem em texto, transformação essa que primeiramente se dá na escrita

de um texto denominado “roteiro”, o qual, posteriormente, passará pelo processo conhecido como “narração”, isto é, a sua leitura para o público-alvo (pessoa com deficiência visual). Essa narração é realizada em produtos audiovisuais (imagens dinâmicas), como peças teatrais, cinema e televisão, e em produtos só visuais (imagens estáticas), como por exemplo, quadros e esculturas expostos em museus. Nesse processo, o papel do consultor com formação em audiodescrição é apurar os possíveis erros nas escolhas tradutórias e ver se o produto audiodescrito empoderou (realmente deu acesso) de fato a pessoa com deficiência visual acerca do que foi exibido.

Além das definições semânticas que trouxemos anteriormente do termo inerentes a este estudo, apresentaremos uma contextualização de como foi sendo realizado ao longo dos anos esse processo de produção e difusão do audiovisual acessível, (profissionais, pessoas com deficiência visual). No Brasil, o serviço da audiodescrição começou a ser ofertado, ainda incipiente, em 1988, com a exibição da peça “Andaime”, em São Paulo. A partir de 2003, contou-se com o serviço de audiodescrição feito pela Lavoro Produções na audiodescrição do “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência”, um festival bienal que ocorre no Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro.

Desde o ano de 2003, no Instituto Benjamin Constant, iniciou-se um trabalho de filmes com o recurso da audiodescrição ao vivo para crianças, espaço este denominado de “Cine-Pipoca”. Após 11 anos do início desse trabalho é que foram exibidos curtas com audiodescrição em sessão de filmes voltadas para os alunos da escola na pesquisa que ora apresentaremos.

Portanto, para Olegario (2015) elaborar uma dissertação e produzir uma pesquisa para o curso de Mestrado em Educação perpassou um diálogo sobre a construção das experiências de vida acadêmica e profissional que motivaram-na escolha dessa temática. Nesse sentido, o que a impulsiona é o desejo de estudar e pesquisar a magia que o cinema exerce sobre as pessoas e, de maneira especial, suscitar nos alunos com deficiência visual, atendidos pelo IBC, o interesse por essa arte. O mesmo interesse também já vivido por ela em outro momento de sua formação.

Todavia, sabe-se que no estudo com o cinema no âmbito escolar, devemos levar em consideração o fato do contexto influenciar na compreensão e na apropriação que os estudantes fazem dos filmes a que assistem. Sabemos por estudos anteriores de autores como Guillermo Orozco (2006), estudioso dos processos de recepção, que o contexto institucional influirá no modo como os estudantes irão consumir os filmes a eles apresentados (o processo de recepção abarca

diferentes contextos, entre eles o contexto situacional que é o lugar onde eles assistem aos filmes). Não podemos ignorar que as sessões são feitas em grupo, e que há debates incentivados por nós, nos quais os estudantes expõem seus pensamentos e constroem conjuntamente significados para os filmes exibidos, construindo também facetas de suas identidades.

De acordo com Fantin (2006), o cinema seria um “agente de socialização”, possibilitando encontros, contatos e reflexões das mais diversas naturezas. Passando pela questão das diferentes culturas e da formação das identidades dos jovens que ali se encontram, os filmes podem funcionar como “veículo de consciência intercultural”, ou seja, o contato com tais filmes pode auxiliar os jovens pesquisados a compreender as diferentes culturas e identidades existentes e as relações que eles estabelecem com elas.

Um dos objetivos da pesquisa foi vivenciar o trabalho com a exibição de curtas na escola e ampliar a oferta de oportunidades, bem como criar o hábito de assistir a filmes, desenvolvendo um senso crítico com o auxílio da audiodescrição.

Apresentando o contexto da pesquisa

A construção da metodologia deste trabalho perpassou a experiência de Olegario (2015), enquanto pessoa cega de nascença, fazendo-a muitas vezes colocar-se no lugar dos estudantes com os quais teve contato na pesquisa; porém, procuramos ouvir os relatos expressados por eles em relação as suas experiências.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa-intervenção, que insere o pesquisador no contexto da pesquisa, sendo parte integrante e essencial na promoção do bem social deste coletivo. De acordo com Castro (2008, p. 29):

Todo dispositivo de pesquisa transforma o que se deseja pesquisar, ou seja, nenhuma pesquisa deixa de ser também uma intervenção. Incorporar a intervenção do pesquisador no que é pesquisado, esse constitui o grande desafio do paradigma da pesquisa-intervenção.

A análise dos relatos dos jovens teve como base teórica a definição de narrativa dada por Benjamin (1989), segundo a qual a experiência passada oralmente de uma geração a outra, traz em seu escopo a experiência de quem a narra – conforme ocorre com os contadores de histórias, que o fazem de maneira artesanal –, e está impregnada pelas experiências do narrador. Geralmente, como

esse filósofo aponta, as narrativas passadas adiante baseiam-se num interesse objetivo e prático, conselho que demonstra sabedoria, conforme vemos nas fábulas, provérbios e contos de fada que perduram até hoje como exemplos de narrativas que, dentro do conceito deste autor, passam de geração a geração.

A fim de compreendermos a ideia de cultura, utilizamos como embasamento teórico os estudos de Néstor García Canclini (2009, p. 41):

[...] a cultura não é apenas um conjunto de obras de arte ou de livros e muito menos uma soma de objetos materiais carregados de signos e símbolos [...] a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social.

Desse modo, as construções de sentidos elaborados pelos jovens com o conteúdo fílmico apresentam diferenças significativas de acordo com o contexto sociocultural em que cada sujeito esteja incluído pois os processos sociais que constroem com os seus pares na sociedade e os objetos culturais que consomem dentro e fora do espaço escolar fazem parte desse processo de construção.

Entendendo a cultura como a define Canclini e a narrativa construída pelos jovens a partir dos filmes pelo viés de Benjamin trazemos agora um possível entendimento de quem são esses sujeitos jovens que fizeram parte da pesquisa. Dentro das culturas juvenis há diferentes formas de expressão que os jovens encontram para se agrupar e desenvolver modos de comunicação e posicionamento na sociedade. Segundo Dayrell (2007), são essas diferentes representações, estilos, expressões que compõem o universo cultural deles e que marcam a identidade juvenil dos mesmos. O autor enfatiza:

[...] que as práticas culturais juvenis não são homogêneas e se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar, num contexto de múltiplas influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico. (p. 6).

Assim, os jovens pesquisados possuem maneiras próprias de perceber a realidade através dos sentidos remanescentes e das oportunidades que a família e a escola lhes conferem. No entanto, no que se refere ao acesso às imagens há muito, os deficientes visuais ansiavam por algum meio eficaz que os conferisse acesso de fato a elas.

A pesquisa de campo foi realizada em final de 2013 e 2014 dentro da escola através da exibição de curtas com debates principalmente. Trabalhamos com alunos de 13 a 26 anos das turmas do 4º ano do ensino fundamental com defasagem idade-série, e estudantes do Instituto Benjamin Constant (instituição localizada no Rio de Janeiro, especializada que é referência brasileira no atendimento de pessoas com deficiência visual). As sessões realizadas no IBC foram feitas por Olegario e Fernandes e Lucy Diniz que era bolsista de iniciação científica e atuou o tempo todo na construção e registro da pesquisa.

As sessões foram feitas em auditório ou teatro do IBC com acústica adequada a exibição e com a presença de alunos das turmas do quinto ano, acompanhados por suas respectivas professoras. Desde a primeira sessão tivemos cerca de 15 jovens presentes. As sessões aconteceram no horário da manhã e exibimos curtas com áudio-descrição e depois fazemos um debate com os jovens presentes.

Em conversa com os jovens cegos e com baixa visão percebemos diferentes formas de interação com a audiodescrição. Enquanto alguns entendiam o recurso outros reagiam a ele preferindo ter pessoas conhecidas para contar a eles o que acontecia. A conversa após os filmes na pesquisa considerava a percepção deles acerca do visto, as imagens e os sons nos momentos de ver os curtas com a audiodescrição na escola. Trazemos aqui uma das conversas com MH.

MH: Eu adorei. Foi bom pra mim, entendeu? Foi técnico. Não foi tão ruim assim, não. Foi bom.

Entrevistadora: Hãhã. Não foi tão ruim não?

MH: Foi ótimo. Foi ótimo.

Entrevistadora: Você acha que ajuda a compreender?

MH: Ajuda. Ajuda. Ajuda.

Entrevistadora: E pra você, qual a diferença entre assistir a um filme com e sem audiodescrição?

MH: Com áudio seria bem melhor, entendeu?

Entrevistadora: É melhor por quê?

MH: Porque assim quem não enxerga nada, não tem como entender... Com o áudio não, você e vai lá pra ver o filme e o áudio vai ajudar a entender o

filme, entendeu? Agora quem tem baixa visão, ou um, ou outro tá bom, entende das duas formas.

Esse depoimento mostra que a jovem deficiente visual ainda desconhece ou não conseguiu se ambientar com o potencial inclusivo do recurso da audiodescrição, o qual se destina a atender tanto a pessoas cegas como as que possuem baixa visão. A resposta dela ao dizer “foi técnico” se contrapõe ao que falam da experiência de ouvir outro contar. A fala de um amigo ou parente é menos técnica e talvez mais emotiva do que uma audiodescrição. No entanto, mesmo percebendo essas diferenças destaca-se a importância da audiodescrição para poderem ter acesso não somente dependendo de outros no acesso aos conteúdos. De acordo com os estudos de Lima (2010, p. 2), muitos ainda estão à margem do direito ao serviço da audiodescrição, pois a maior parte da programação audiovisual e acesso a obras artísticas não possui esse recurso. Tal procedimento, segundo o autor, fere a Constituição Federal brasileira que, teoricamente, garante o direito ao lazer para todos indiscriminadamente. Essa dificuldade mostra a necessidade de ampliar o acesso para que entendam como funciona o recurso e queiram dele se utilizar quando necessário. A história de uso da audiodescrição é recente ainda.

Olegario (2015), relata, que teve acesso ao recurso comunicacional da audiodescrição, somente em 2003, no festival Assim Vivemos, no Centro Cultural do Banco do Brasil, no qual foram exibidos filmes na temática das pessoas com deficiência e que pouco a pouco, foram acontecendo outros eventos com o recurso da audiodescrição. Olegario, pesquisadora cega de nascença, ainda diz, que não raras às vezes, as obras disponíveis com audiodescrição, não despertam interesse nos deficientes visuais, fato este, ocorre, não pelo fato de não gostarem do recurso da audiodescrição, mas, não nos interessarmos pela obra. Entende, que esta situação só poderá ser totalmente sanada, quando as leis vigentes forem cumpridas e todos os conteúdos audiovisuais foram audiodescritos.

Um pouco de história da audiodescrição

Desde a década de 1980, estudos apontam a eficácia do recurso da audiodescrição que, de acordo com Motta (2008, p. 1), “é um recurso de acessibilidade que permite às pessoas com

deficiência visual assistir e entender melhor os filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, ouvindo o que pode ser visto.”

A partir de estudos como o de Motta no tocante à audiodescrição é que políticas públicas têm sido implementadas a fim de tornar este recurso comunicacional acessível para àqueles que dele necessitam. O caminhar ainda é pequeno mas aos poucos ve-se propostas que começam a reconhecer a necessidade e o espaço para que modos de ampliação do acesso a equipamentos sociais e culturais estejam disponíveis para todos para que possam ser usufruídos também pelos sujeitos cegos ou de baixa visão incluindo-os mais verdadeiramente nessa sociedade tão imagética que deixa muitas vezes de lado quem não enxerga suas imagens. Em 18 de dezembro de 2014, foi publicada pela Ancine, a instrução normativa nº 116, que torna os projetos audiovisuais financiados com verbas públicas federais, acessíveis para deficientes visuais através da audiodescrição e para deficientes auditivos, por meio de legendas e Libras. Porém, ainda faltam instituições que fomentem essa prática e formação de profissionais capacitados para atender a esta demanda.

O cumprimento da lei supracitada se faz necessário inclusive em teatros, cinemas, exposições e no espaço escolar, pois também em 2014, foi criada a lei nº 13.006, que obriga a exibição de filmes nacionais nas escolas que ofertam a educação básica. A partir dessa obrigatoriedade surge o questionamento: como a pessoa deficiente visual terá acesso a filmes dentro da escola? A pesquisa que fizemos no IIBC foi um início de trabalho nesse sentido.

A audiodescrição, também tem sido estudada por profissionais de áreas diversas, a fim de contemplar estudantes cegos, tal como no estudo de Cruz (2015), que pesquisou com alunos do segundo segmento do ensino fundamental, acerca do uso da audiodescrição no ensino da geografia.

Reflexões finais – o direito ao acesso a imagem pela voz de outro – “entre a fala técnica e o contar informal do outro”

Conforme estudos e a vivência cotidiana de Olegario, que é professora das séries iniciais no IBC e também atua na educação a distância da mesma instituição, reconhecer e estudar o potencial do recurso da audiodescrição dentro e fora da escola, é primordial a fim de formar pessoas com deficiência cidadãs, que formam e se informam, assistindo ao que necessitam e entretendo-se com autonomia.

De acordo com os sujeitos da pesquisa, a audiodescrição é um meio de acesso aos filmes, pois desse modo não dependem de terceiros para saberem o que está acontecendo no conteúdo audiovisual. Inicialmente percebemos que alguns deles demoram para se acostumar com a audiodescrição mas depois de um tempo passam a entender como funcionam e percebem que a audiodescrição os ajuda a “ler” parte do filme que antes apenas adivinhavam o sentido por não verem as imagens.

Infelizmente, vê-se que o acesso aos filmes com o recurso da audiodescrição ainda atende a uma minoria. Na pesquisa de mestrado aludida neste artigo, através das narrativas dos sujeitos, percebemos que a maioria dos jovens só teve acesso a filmes com audiodescrição na escola, embora vivam na cidade do Rio de Janeiro, um dos celeiros de criação e difusão da cultura cinematográfica brasileira. Cabe a interrogação: e os que moram no interior do Brasil, como fica este acesso?

No entanto, ainda percebemos que é restrito o uso desse recurso de acessibilidade na maioria dos locais de acesso à cultura, como cinemas, centros culturais, museus, entre outros. O fato de termos poucos locais de formação dos profissionais e poucos materiais produzidos já com esse recurso aponta o quanto ainda precisamos caminhar na produção de produtos audiodescritos.

Diante desse cenário, percebemos a necessidade de termos mais profissionais formados como audiodescritores e consultores, pois o que se tem observado é um trabalho desenvolvido sem consultoria de um deficiente visual com formação nesta área, acarretando, assim, erros nas traduções visuais. Isso ocorre pela falta de cursos que atendam a grande demanda que agora existe, devido às novas legislações que crescem a cada dia.

Esperamos que além do Instituto Benjamin Constant, Unesp, UFPE, entre outras instituições, outras universidades públicas brasileiras forneçam cursos no campo da audiodescrição.

As pesquisas em audiodescrição têm avançado e quanto mais pessoas souberem desse recurso, mais ele poderá ser cobrado e ofertado tanto pelas instâncias privadas quanto pelo poder público. Sendo fundamental o entendimento de que a audiodescrição é um direito e deve estar presente nos produtos audiovisuais. A lei nº 13146 reforça esta ideia no seu artigo 68:

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com

deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação presente em todos os segmentos da sociedade, pois promove qualidade ao aprendizado e inclusão social da pessoa com deficiência visual

No que refere-se às relações dos jovens pesquisados com os filmes que assistem, viu-se nos relatos que estes muitas vezes eles desenvolvem relação de empatia com os personagens a partir de uma fala, um comportamento semelhante ao seu e que reconhecem e transpõem o que veem relacionado com o seu cotidiano buscando entendimentos do que ocorre. Eles têm no filme forma de distração, lazer e aprendizado, facilitado pelo recurso comunicacional da áudio-descrição. Segundo os estudos de Costa (2012) e que também foi observado em conversa com os jovens da pesquisa de Olegario (2015) no cotidiano desses muitas vezes a audiodescrição era feita de modo informal por parentes e amigos de pessoas com deficiência visual ao contarem a eles o que estava ocorrendo no filme. No entanto, sabemos que contam-se umas partes e não outras, conta-se o que interessa mais ao contador entre outros aspectos que um material com audiodescrição não omitiria. No entanto, é devido ao não cumprimento das leis brasileiras vigentes, que ainda nos deparamos com tais práticas que obrigam o deficiente visual a estar dependente de um acompanhante que lhe conte o que está acontecendo nos filmes, museus, e outros lugares de cultura, pois temos pouco conteúdo audiovisual audiodescrito. Da mesma forma as vezes a forma como a audiodescrição é feita não desperta interesse na pessoa com deficiência visual, gerando assim, equivocadamente, a ideia de que este público não gosta de utilizar o recurso da audiodescrição.

Por fim, almejamos avanços no tocante aos aspectos inerentes à acessibilidade das imagens para pessoas com deficiência visual para que todos possam trabalhar com práticas efetivas de tornarmos os conteúdos audiovisuais acessíveis através da audiodescrição irrestritamente. No entanto, consideramos importante apresentar o aqui exposto para que mais pessoas entendam o valor dessa acessibilidade e que possamos brincar de imaginar e realizar, enquanto essa tecnologia assistiva ainda não existe regularmente dentro da escola. a possamos pensar nos materiais com que a escola trabalha para que se criem de modo inventivo no espaço de interação e criação escolar modos de incluir “contando para o outro” numa simulação possível de um ambiente de audiodescrição, como práticas informais entre as crianças e professores de forma divertida dando acesso as imagens pela voz dos colegas.

Referências

BENJAMIN, Walter. **O narrador pós-moderno**: nas malhas da letra. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 out. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Agência Nacional do Cinema. **Instrução Normativa nº 116**, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas nº. 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instrucao-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CASTRO, Lucia Rabello de. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Tapera/FAPERJ, 2008. p. 21-42.

COSTA, Larissa. Normas técnicas da audiodescrição nos Estados Unidos e na Europa e seus desdobramentos no Brasil: interpretação em foco. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 13, n. 13, 2012. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/166/287>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

CRUZ, Ana Maria Lima. **O mágico poder das palavras: a inserção da audiodescrições conteúdos escolares.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Audiodescrição. Universidade Federal de Juiz de Fora; 2015

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes?: reflexões em torno da socialização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FANTIN, Monica. Mídia-educação, cinema e produção de audiovisual na escola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0652-1.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. **O cinema e as narrativas na era da convergência: modos de consumo, formação e produção de audiovisuais de crianças, jovens e professores.** Projeto de pesquisa FAPERJ, Grupo CACE, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, PPGEDU, 2013-2018.

LIMA, F. J. O que é a audiodescrição e quem a utiliza. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)**, 2010. Site oficial. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/announcement/view/41>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. Audiodescrição: recurso de acessibilidade para a inclusão cultural das pessoas com deficiência visual. **Planeta Educação**, 25 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1210>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

OLEGARIO, Margareth de Oliveira. **Narrativas dos jovens com deficiência visual sobre filmes com audiodescrição.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OROZCO GOMES, Guillermo. Los estudios de recepción: de un modo de investigar, a una moda, y de ahí a muchos modos. **Revista In Texto**. ed. 9. Disponível em: <<http://www.intexto/ppgcom/ufrgs>>. Acesso em: 2 fev. 2007.

SOBRE O AUTOR/ A AUTORA:

OLEGARIO, Margareth de Oliveira - Doutoranda em Educação pela PUC-Rio. Atua como professora no Instituto Benjamin Constant (IBC) com experiência na área de Educação Especial e Inclusiva, com ênfase em Tecnologia Assistiva. Participou como integrante da Comissão de Audiodescrição do Instituto Benjamin Constant do ano de 2013 até 2016. Atualmente atua como tutora de educação a distância do CEDERJ.

HOFFMANN, Adriana - Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ (2018-2020) Possui pós-doutorado em Comunicação pela UFF (2018), Doutorado em Educação e Mídia pela UERJ (2009), Mestrado em Educação pela PUC-Rio (2003) e graduação em Pedagogia pela PUC-RJ (1993). Desde 2010 é professora da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - atuando no Departamento de Didática e no Programa pós-graduação em Educação (PPGEDU). Orientadora de mestrado e doutorado atualmente.